Conselho Municipal de Saúde
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE

RESOLUÇÃO CMS 320 de 08 de maio de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Osasco, com base em suas atribuições conferidas pela Lei nº. 3969/05, em sua Reunião Extraordinária Nº 224 realizada no dia 08 de maio de 2026.

RESOLVE:

- **Aprovar:** Qualificação da OS: Instituto de Gestão e Assistência à Saúde Integral - IGASI
- **Aprovar:** Qualificação da OSS: Instituto MED LIFE
- **Aprovar:** Ata da Reunião Ordinária n° 361 de 23 de abril de 2026.

ATA TRECENTÉSIMA SEXTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSASCO DO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. Ao vigésimo terceiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dez minutos, na Sala do Conselho Municipal de Saúde, 480 Térreo – Osasco. A mesa foi presidida por Edna Maria Brasil, que iniciou os trabalhos verificando o quórum e convocando a conselheira suplente Jucemara para assumir a titularidade segmento usuária em substituição do conselheiro Diego. Esclareceu que as conselheiras Simone e Vânia, que teriam preferência, optaram por não compor a mesa no momento. Houve uma solicitação para inclusão de pauta para qualificação do Instituto de Gestão e Assistência à Saúde Integral - IGASI, que chegou via e-mail no dia 15, porém a mesa decidiu por não incluir o documento devido à extensão da pauta e ao teto de horário estipulado que foi meio-dia. A presidente solicita que a conselheira e secretária executiva Rejane faça a leitura da Convocação e Pauta da Reunião, datada de 13 de abril de 2026. **1º Ponto de Pauta:** Votação da Ata Ordinária 360ª**; 2º Ponto de Pauta:** Apresentação dos Trabalhos da Entidade Força, Inteligência e Ação – FIA; **3º Ponto de Pauta:** Apresentação dos Trabalhos da Entidade Amigos do Jardim Bonança; **4º Ponto de Pauta:** Apresentação dos Trabalhos da Entidade Amor de Giulia; **5º Ponto de Pauta:** Qualificação da OSS Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus; **6º Ponto de Pauta: Informes.** Passamos para o **1º Ponto de Pauta:** A Presidente informou que todos os conselheiros receberam a ata previamente e questionou se havia correções. Declarou que não recebeu solicitações de alteração e colocou o documento em votação. A ata foi aprovada por unanimidade. Passamos para o **2º Ponto de Pauta:** Apresentação dos Trabalhos da Entidade Força, Inteligência e Ação – FIA pelo senhor Gilberto Guerra, presidente da FIA, relatou que a entidade trabalha com crianças, adolescentes e adultos em uma abordagem multidisciplinar voltada para autismo, Down, TDAH e complexidades neurológicas e motoras. Informou que a sede está localizada em Presidente Altino e possui 390 m², contando com nove salas e total acessibilidade. Detalhou a equipe composta por fonoaudiólogos, psicomotricistas, pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, neuropsicólogos e fisioterapeutas. Apresentou projetos como a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a Oficina do Cérebro e o projeto Neuroinclusão, que atende atualmente 23 famílias. Relatou a construção do projeto "Laudar", que realiza avaliações multidisciplinares parciais, explicando que a ausência de um neurologista na equipe impede a emissão de laudos definitivos, mas que o trabalho realizado já percorre 70% a 80% do caminho diagnóstico. Informou que o atendimento é 100% gratuito e que a demanda no município é alta, estimando que de 2,5% a 3% da população de Osasco possua Transtorno do Espectro Autista (TEA). A conselheira Ana Negrão afirmou que, como professora, percebe que o trabalho dos especialistas em educação torna-se ineficaz sem o laudo e questionou se haveria um caminho, em conjunto com a Secretaria de Saúde, para encurtar o tempo de

obtenção do diagnóstico. Gilberto Guerra respondeu que a contratação de um neurologista custa entre R$15.000 a R$20.000 reais mensais e que o instituto não possui condições de arcar com esse valor sem novos investimentos ou parcerias. A representante pedagógica do projeto Liliane relatou que a entidade entra em contato direto com as coordenações escolares para adaptar conteúdos e atividades na ausência do laudo, afirmando que o desenvolvimento do indivíduo não pode ser prejudicado pela falta do documento. Esclareceu que a intenção de trabalhar com a saúde é justamente chancelar esses laudos parciais. A conselheira Cristina questionou se a presença de um psiquiatra não seria necessária, dado que o profissional também pode medicar. Gilberto Guerra respondeu que o psiquiatra seria importante para completar o equilíbrio multidisciplinar, mas reforçou que se trata de outro fator de alto custo para o instituto. A conselheira Jucemara (Mara) declarou uma consideração técnica baseada na Lei 8080/1990, afirmando a necessidade de os estabelecimentos estarem cadastrados no CNES para garantir segurança jurídica e evitar questionamentos do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Propôs que a aprovação do cadastro da entidade fosse condicionada à regularidade desses pontos legais. Questionou se o instituto possui a documentação necessária caso contrate um neurologista. O Sr. Gilberto Guerra informou que a FIA possui CNES, CNEAS, estatuto voltado à saúde e todas as certificações e certidões em dia, relatando que o único impedimento para o especialista é a falta de verba. O conselheiro Toninho questionou se a manutenção da ILPI não geraria uma demanda excessiva para a entidade e se haveria mistura entre o atendimento infantil e o de idosos. O conselheiro Michel interveio em seguida, afirmando que teve o mesmo entendimento que Toninho, pois recordou que, durante a visita técnica realizada pelos conselheiros, o foco das explicações foi exclusivamente o atendimento TEA, sem menção ao serviço de idosos naquele local. Gilberto Guerra respondeu que são equipes e coordenações totalmente distintas, situando-se a ILPI no bairro Km 18, a 9 km de distância da sede da saúde em Presidente Altino. A conselheira Kátia questionou a origem dos recursos que mantêm a entidade até o momento. O senhor Gilberto Guerra respondeu que a verba provém de emendas parlamentares, projetos da pasta PCD e aportes de empresas de pequeno porte, sendo a maior parte de origem pública A conselheira Suzete esclareceu que a ILPI é um serviço tipificado na Secretaria de Assistência Social (SAS) e não na Saúde. Afirmou que o papel do Conselho é o acompanhamento social e que os conselheiros não devem assumir receios jurídicos que não lhes pertencem. Suzete realizou uma correção técnica informando que o diagnóstico de doenças neurodivergentes não é dado exclusivamente pelo neurologista, mas sim por uma equipe multidisciplinar, e que o município já realiza esse trabalho de avaliação global na Policlínica. A conselheira Ana Negrão relatou que as crianças são diferentes em suas dificuldades e que as escolas necessitam do laudo para direcionar o acompanhamento pedagógico adequadamente. A conselheira Giovana questionou como as crianças chegam à entidade e se as vagas são reguladas. Gilberto Guerra informou que a divulgação ocorre por mídia e parcerias com a prefeitura via SAAS e RI, e que ao atingir o limite de 30 vagas cria-se fila de espera. A conselheira Suzete afirmou que, caso haja financiamento direto da Secretaria de Saúde, as vagas deverão obrigatoriamente passar pela regulação municipal. A Presidente informou que a votação tratava do cadastro da entidade no Conselho Municipal de Saúde para permitir futura participação em eleições e pleito de recursos. A inscrição da entidade FIA no Conselho Municipal de Saúde foi aprovada por unanimidade, com 14 votos favoráveis. Passamos em seguida para o **3º Ponto de Pauta:** Apresentação Amigos do Jardim Bonança, A senhora Débora, fonoaudióloga e responsável técnica, relatou que foi contratada pela Associação Amigos do Jardim Bonança para a execução técnica do projeto "TEA Acolher". Informou que a associação possui praticamente 50 anos de atuação no Jardim Bonança, um bairro de vulnerabilidade social com carências em alimentação, saúde e educação . Afirmou que o projeto surgiu como uma iniciativa estratégica

para sanar as filas de espera por diagnósticos de autismo, relatando a existência de crianças de 14 anos que aguardam há 5 anos na fila. Esclareceu que o foco é exclusivamente o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e que a equipe é composta por uma neuropsicóloga, duas fonoaudiólogas, assistente social, terapeuta ocupacional (para casos específicos), além de um psiquiatra e um pediatra para o fechamento dos diagnósticos. Detalhou que o fluxo inclui triagem, anamnese e avaliação, com os pacientes sendo encaminhados via regulação da Secretaria de Saúde . Informou que, no primeiro mês de atividade iniciado em 18/03, realizaram o rastreio de 44 pacientes, com o objetivo final de entregar 100 laudos de fechamento para direcionamento à rede municipal . Relatou que a estrutura física possui salas adaptadas para cadeirantes e que a obra em curso no local está isolada, sem risco para o trânsito de pessoas. Esclareceu que, no mesmo prédio da associação, funciona o projeto "Cozinha Solidária", mas enfatizou que esta área está totalmente isolada e fechada em relação à parte direcionada ao projeto de saúde. O conselheiro Toninho afirmou que teve a oportunidade de conhecer a associação e declarou que, diferentemente da apresentação anterior feita pelo senhor Reginaldo, o objetivo do projeto de saúde ficou claro nesta exposição. A senhora Débora respondeu que o presidente Reginaldo havia compreendido inicialmente que a apresentação seria da associação como um todo, mas que ela veio focar especificamente no projeto de saúde. A conselheira Jacksyara questionou como está sendo feita a divisão do trabalho, relatando que, em sua visita, percebeu que a entrada é a mesma para o projeto e para a distribuição de refeições da cozinha solidária. Questionou como as crianças, que possuem maior sensibilidade auditiva, são acolhidas diante do barulho da reforma e qual a previsão de entrega da obra. A senhora Débora respondeu que os atendimentos do projeto ocorrem às quartas e quintas-feiras, dias em que não há distribuição de alimentos no local, conforme cronograma enviado à Secretaria de Saúde. Informou que a obra está adiantada e que o barulho é interrompido durante os atendimentos, tendo sido feito o fechamento total do corredor da cozinha.A conselheira Jacksyara questionou se as crianças sentem dificuldades com a reforma. A senhora Débora respondeu que a dinâmica de distribuição foi adaptada e que não houve notificações de dificuldades por parte das famílias ou crianças.O senhor José Reginaldo, presidente da associação, informou que a reforma tem previsão de entrega em 45 dias. O senhor José Reginaldo realizou uma correção de informações de reuniões anteriores: relatou que a versão original de que a instituição teria recebido três emendas para a saúde não é verídica; corrigiu informando que recebeu uma emenda para a saúde (Projeto TEA) e as outras duas para a área social (reforma e compra de veículo). Esclareceu que a cozinha foi isolada e que, nos dias de atendimento do projeto TEA, as marmitas são produzidas, colocadas em um veículo e entregues em outro local para evitar conflito de fluxo. A conselheira Jacksyara questionou sobre uma placa de matrículas abertas para curso pré-vestibular. O senhor José Reginaldo respondeu que se trata de um projeto para os sábados, que utilizará apenas a recepção ampliada e não as salas destinadas ao projeto TEA. O conselheiro Michel solicitou esclarecimentos sobre o fluxo médico, questionando se, após todo o atendimento da equipe, o médico viria apenas uma única vez para realizar o laudo. A senhora Débora respondeu que o médico avalia a criança e a família e, posteriormente, senta com a equipe multidisciplinar para fechar o diagnóstico, processo que é programado para ocorrer em blocos de duas a três semanas.A conselheira Mara questionou se as crianças atendidas são apenas do bairro Bonança. A senhora Débora respondeu que, embora a prioridade seja a região Norte, as crianças são direcionadas pela regulação da Secretaria de Saúde e podem vir de outros locais.A conselheira Mara questionou a capacidade jurídica da empresa de Débora, observando que o registro profissional (CNAE) principal da palestrante é de fonoaudiologia e perguntando se, por meio desse registro, ela teria permissão para contratar médicos. Débora esclareceu que possui registros secundários para gerência e treinamento de equipe multidisciplinar, o que

permite a contratação de profissionais como psicólogos e médicos, e que pode atuar como responsável técnica de uma equipe multidisciplinar perante o conselho de classe. A conselheira Mara prosseguiu questionando se o registro profissional de fonoaudiologia daria aval para a assinatura de laudos diagnósticos. A senhora Débora informou que não pode assinar pelo médico, mas que pode contratar a equipe técnica. A conselheira Mara insistiu no ponto, questionando em cima de qual documento a associação trabalharia para oficializar os laudos e como Débora poderia ser a responsável se não possui competência para assinar o documento específico. Débora esclarecera que a associação contratou uma empresa que, por sua vez, contratou profissionais técnicos; cada um desses profissionais (médico, psicólogo, fonoaudiólogo) é responsável por sua própria assinatura e responde ao seu respectivo conselho de classe. A conselheira Suzete esclareceu que cada profissional é responsável por sua própria assinatura e pelo seu conselho de classe, e que a associação contratou um grupo técnico para realizar a atividade, citando como exemplo o Hospital da Criança, gerido por um instituto que contrata os profissionais. A conselheira Mara questionou quem responde administrativamente em caso de problemas. A conselheira Suzete respondeu que a responsabilidade é hierárquica e que, em ações individuais, o profissional responde por seus atos. A presidente Edna questionou o fato de uma entidade voltada originalmente à alimentação estar executando um projeto de saúde. A conselheira Suzete esclareceu que as emendas parlamentares podem ser executadas legitimamente através de entidades sociais, que têm autonomia para contratar serviços técnicos. A presidente Edna questionou se a verba utilizada na reforma das salas seria da Saúde ou da Assistência Social. A conselheira Suzete respondeu que o uso de espaços de entidades de território para múltiplas finalidades não é ilegal, citando exemplos da AMME e AACD. A presidente Edna questionou quais especialistas estão presentes nos dias de atendimento. A senhora Débora respondeu que a neuropsicóloga e a fonoaudióloga são fixas para a avaliação inicial e sensorial, sendo os outros profissionais acionados conforme a demanda identificada. A senhora Claudineia esclareceu que a verba do projeto TEA é usada integralmente na saúde e não na obra, que é financiada pela Secretaria de Assistência Social. Informou que a estrutura para o projeto de saúde foi adaptada pela própria entidade com recursos próprios. O conselheiro Gabriel questionou qual o encaminhamento dado às crianças após o término da avaliação. A senhora Débora respondeu direcionamento final para os serviços da rede é de competência da Secretaria de Saúde, baseando-se em relatórios mensais e laudos enviados pelo projeto. O conselheiro Gabriel observou que a unidade se caracteriza como um espaço de avaliação, e não de acompanhamento clínico. A senhora Débora afirmou que o trabalho não se limita à avaliação, pois inclui a continuidade do cuidado por meio de acolhimento, orientação parental e oficinas. A conselheira Suzete relembrou que o projeto é fruto de emenda parlamentar com prazo de 8 meses, visando desafogar a fila de diagnósticos para que a rede possa focar nas terapias. A diretora Vandérleia detalhou a reorganização do fluxo para crianças neurodivergentes, que se inicia com o encaminhamento do neurologista para a avaliação global. Anteriormente centralizado na Polinorte, o processo apresentava gargalos; atualmente, o diagnóstico é descentralizado com o suporte do projeto do Jardim Bonança (focado em TEA) e o Hospital da Criança, este último voltado à primeira infância até os 6 anos. Essa reestruturação possibilita que a Polinorte mude seu foco de avaliações iniciais para a oferta de terapias especializadas e manutenção clínica, serviços que a Atenção Básica não possui competência técnica para realizar. A conselheira Cristina questionou a capacidade da rede para absorver a demanda terapêutica gerada, a representante afirmou que o município utiliza dois centros especializados (CER), a Polinorte e o Hospital da Criança. A especialização do hospital na faixa de 0 a 6 anos otimizou a distribuição de pacientes por idade nas demais unidades, permitindo que os profissionais da rede sejam redirecionados do processo diagnóstico para o início efetivo das terapias.A conselheira Edna afirmou que

emendas não mantêm serviços permanentemente e que a entidade deve buscar outras fontes. A senhora Claudineia respondeu que a intenção da entidade é se estruturar juridicamente, inclusive como OS, para manter projetos permanentes e captar recursos privados. Afirmou que o projeto atual está sendo executado à risca do ponto de vista técnico e que as confusões existentes decorrem das obras e de outras emendas recebidas simultaneamente. A presidente Edna questionou a necessidade de a entidade se cadastrar no conselho como saúde e utilizar a nomenclatura correta do projeto caso este continue. A Senhora Claudineia respondeu que, ao pleitear emendas parlamentares para saúde, a entidade tem autonomia para terceirizar o serviço com quem possui competência técnica na área. A Conselheira Suzete indagou se a palestrante falava pela empresa prestadora ou pela entidade. A Senhora Claudineia esclareceu que é voluntária na entidade e advogada, auxiliando o Sr. Reginaldo e a diretoria na estruturação jurídica para expansão das atividades sociais e de saúde, reiterando que a entidade pode executar verbas públicas desde que contrate profissionais capacitados para a execução técnica.A presidente Edna relatou que, em visitas anteriores e nos contatos com o Sr. Reginaldo, o foco apresentado era a cozinha e não o atendimento técnico, solicitando que a questão fosse colocada em votação. A Senhora Claudineia justificou que o Sr. Reginaldo buscou auxílio técnico e jurídico por ser uma pessoa comprometida, mas que eventuais falhas de comunicação ou fotos com datas atrasadas ocorreram no processo de organização. A presidente Edna afirmou que na reunião anterior ficou decidido que o projeto deveria ser reapresentado, pois na ocasião anterior apenas a cozinha foi mostrada e propôs colocar em votação o projeto e que, após o término de oito meses, o conselho realizasse a fiscalização para verificar o andamento; sugerindo ainda que uma nova visita fosse realizada em três meses. A conselheira suplente Regiane questionou sobre a contratação de profissionais para o projeto. A Senhora Débora respondeu que o projeto já possui espaço e profissionais, necessitando de auxílio apenas para a implementação. A presidente Edna consultou a mesa sobre a concordância com a votação ou se preferiam realizar a visita técnica em três meses. O Conselheiro Gabriel questionou o que exatamente seria votado, uma vez que o projeto já está em execução. A presidente esclareceu que a votação seria sobre a apresentação dos profissionais e a adequação do espaço físico, citando que em visita anterior não havia quadro de avisos nem placa com horários de funcionamento e profissionais, o que o Sr. Reginaldo teria se comprometido a providenciar para separar o projeto dos demais atendimentos da entidade. A Conselheira Suzete questionou qual a dúvida em relação à votação, afirmando que, como o projeto já está em execução, cabe ao conselho avaliar a prestação de contas ao final do recurso, verificando se o que foi previsto foi executado. A presidente solicitou que o plano de trabalho do projeto seja enviado oficialmente ao conselho para análise da mesa. A representante Débora informou que já encaminharam esclarecimentos à Secretaria de Saúde. A Conselheira Suzete afirmou que o conselho não pediu o projeto para as representantes técnicas, mas sim para a associação, reiterando que a relação oficial do conselho é com o Sr. Reginaldo. A Conselheira Rejane questionou se o projeto não deveria estar disponível na Secretaria de Saúde. A Conselheira Suzete confirmou que o projeto está na secretaria e que a Vanderleia, diretora da atenção especializada possui uma equipe de supervisão que realiza visitas e relatórios regulares de acompanhamento. A Conselheira Rejane afirmou que, quando questiona o Sr. Reginaldo, parece que a secretaria não tem conhecimento do projeto. A Conselheira Suzete esclareceu que a emenda parlamentar está vinculada a um plano de trabalho aprovado pela PGM, Secretaria de Planejamento, Finanças e Controladoria, afirmando que o projeto está em execução e que a prestação de contas será apresentada à Secretaria de Saúde e engloba o que é apresentado ao conselho. A presidente esclareceu que os representantes foram chamados porque o conselho fez visita na entidade e notou irregularidades. A senhora Claudineia declarou que o entendimento era de que a pauta de hoje

seria única e exclusivamente a apresentação do projeto, não incluindo aprovação de projeto. O conselheiro Michel questionou qual seria o papel do conselho em visita considerando que o projeto já está em execução. A conselheira Suzete respondeu que o papel é acompanhar a execução do projeto. Esclareceu que se em nova visita os apontamentos não tiverem sido sanados, o conselho reporta à secretaria, que notifica o órgão responsável, podendo a emenda ser suspensa. O conselheiro Michel manifestou que havia entendido que o conselho votaria a prestação de contas quando esta fosse apresentada. A conselheira Suzete esclareceu que a prestação de contas é apresentada à Secretaria de Saúde pela comissão de Contratos, da qual participam as representantes do conselho Jacksyara e Rejane, que deliberam sobre a prestação de contas. A Senhora Débora questionou se os apontamentos feitos verbalmente nas visitas constam em relatório, pois a associação não recebeu notificações formais. A presidente Edna respondeu que os relatórios são encaminhados à comissão responsável antes de chegarem à entidade. A Conselheira Giovana informou sobre o funcionamento das emendas parlamentares, mencionando a visibilidade pública dos dados e oferecendo-se para orientar os conselheiros sobre o acesso ao Portal da Transparência. Relatou ter consultado os dados da Associação Jardim Bonança e notado pendências de empenho no plano de trabalho. Reafirmou que o papel do conselho é fiscalizatório para garantir que os recursos públicos, como o montante de R$ 1.200.000,00 destinado à entidade, sejam aplicados corretamente, evitando questionamentos futuros por órgãos de controle como o Tribunal de Contas. Passamos para o **4º Ponto de Pauta:** Apresentação dos Trabalhos da Entidade Amor de Giulia; A senhora Milena, mãe atípica e presidente do instituto, relatou que a entidade busca a inscrição no Conselho para firmar parcerias com o poder público, tendo surgido a partir da participação em simpósios de educação no ano anterior. Informou que a equipe multidisciplinar é composta por dois médicos, nutricionista, terapeuta ocupacional, psicopedagoga, neuropsicóloga e outros profissionais. Relatou que, ao visitarem mais de 15 escolas municipais, identificaram uma alta carência de suporte para famílias e professores no manejo de crises, o que resultou em um banco de dados de famílias da rede municipal em busca de atendimento. O senhor Gustavo, tesoureiro do instituto e autista nível 1 de suporte, relatou que o instituto nasceu de uma história real e foi custeado por mais de um ano por uma clínica particular de propriedade do sócio Carlos Rogério. Informou que a demanda por atendimentos surgiu diretamente da Secretaria de Educação e que o espaço físico possui mais de 30 salas e 1000 m². A senhora Márcia relatou o projeto "Cuidando de quem cuida", voltado ao suporte das famílias com atividades de lazer, estética e rodas de conversa com psicólogos, visando o bem-estar das mães. Detalhou a aplicação de terapias assistidas por animais e aquaterapia lúdica. Relatou um estudo realizado pelo investidor Rogério com nove pacientes de fibromialgia, correlacionando o trauma e abusos passados com a intensidade da dor, e como as terapias melhoraram o estado geral desses pacientes. Gustavo esclareceu que a intervenção principal é a técnica ABA (Análise do Comportamento Aplicado), focada em autonomia e regulação de crises. Detalhou o fluxo de atendimento que inclui triagem, anamnese multidisciplinar e um período de 10 a 12 sessões para a montagem do plano terapêutico individual, ressaltando a importância do triângulo entre casa, clínica e escola. Gustavo afirmou que o instituto não possui limite de idade para o atendimento e relatou dificuldades com a seletividade alimentar de pacientes nas escolas, citando um caso de imposição alimentar resolvido após intervenção técnica da entidade junto à Secretaria de Educação. A Milena Informou que a capacidade atual é de 50 a 60 pacientes por dia. O conselheiro Gabriel questionou se a entidade atua como clínica e se o foco é exclusivo no Transtorno do Espectro Autista (TEA). Milena respondeu que estão em transição de clínica para instituto e que atendem também casos de síndrome de Down, Tourette e depressão. O conselheiro Gabriel questionou sobre a composição da equipe e o RT médico. Milena informou que possuem o Dr.

Pedro como Responsável Técnico e uma pediatra para facilitar a emissão de laudos para famílias que não possuem diagnóstico prévio. O conselheiro Gabriel questionou a origem da demanda de atendimento. Milena informou que a demanda de mais de 300 inscritos na fila de espera provém da Secretaria de Educação e de apresentações em escolas. A conselheira Jacksyara parabenizou o trabalho realizado e relatou ter visitado o instituto, afirmando que o ambiente foi planejado com cuidado para as crianças e famílias. O conselheiro Michel parabenizou a equipe e propôs a realização de trabalhos voluntários em comunidades carentes. Milena respondeu positivamente ao convite, relatando que muitas famílias nas comunidades não possuem acesso ao básico. O conselheiro Toninho questionou se a entidade cobra por atendimentos e como lidam com o sofrimento dos professores. Milena informou que mantêm atendimentos particulares para subsidiar o instituto durante a transição documental e de licenças. Márcia respondeu que oferecem cursos de aplicador ABA e manejo de crises para professores, relatando que muitos docentes sofrem agressões e não são assistidos adequadamente. A conselheira Mara relatou ter ficado emocionada ao visitar a unidade e observar as salas equipadas, afirmando que o trabalho é gratificante. A conselheira Suzete questionou se o local é alugado e se os profissionais são contratados diretamente. Milena informou que o prédio é alugado e os profissionais são contratados pelo instituto, contando também com voluntários. A conselheira Suzete afirmou que a inscrição no conselho integra a entidade à rede municipal de assistência, que inclui saúde, educação e segurança pública. Declarou a necessidade de manter uma postura cautelosa diante da transversalidade das políticas e do aumento de diagnósticos em adultos. A conselheira suzete questionou se o Instituto ainda realiza atendimentos particulares. Milena confirma o financiamento com atendimentos particulares enquanto busca parcerias públicas. A conselheira Giovana afirmou que o conselho e a gestão devem monitorar a regulação do acesso para garantir justiça no atendimento e propôs a futura implementação de um prontuário eletrônico compartilhado. A conselheira Rejane relatou sua satisfação com a visita técnica e esclareceu que, conforme a Lei 13.019, a entidade precisa de 1 ano de CNPJ para emendas municipais, 2 anos para estaduais e 3 anos para federais e parabenizou a entidade por iniciar o processo documental de forma correta. A inscrição da Instituição Amor de Giulia no Conselho foi colocada em votação e aprovada por unanimidade, com 14 votos favoráveis. Passamos para o **5º Ponto de Pauta:** Qualificação da OSS Hospital e Maternidade Terezinha de Jesus. A Conselheira Rejane relatou que analisou a documentação e não encontrou irregularidades que desabonem a aprovação. A conselheira Suzete informou que o processo retornou duas vezes à Procuradoria Geral do Município (PGM) para complementação de documentos. Declarou que a Dra. Tânia, da PGM, emitiu parecer favorável, ratificado pela Procuradoria Geral, apontando que não há óbice legal para o deferimento da qualificação. A qualificação da OS Hospital e Maternidade Terezinha de Jesus foi aprovada com 9 votos favoráveis e 5 votos contrários. Passamos para o **6º Ponto de Pauta:** Informes. O conselheiro Toninho relatou a realização de um evento no dia 15 de maio na Policlínica Zona Norte, referente à Semana da Enfermagem e Saúde, com foco na violência contra a mulher. Afirmou que a sociedade e as autoridades estão "tímidas" diante do aumento de feminicídios e que os profissionais de saúde precisam de preparo para notificar casos de agressão. O conselheiro Ademir relatou a importância do auxílio aos pais de neurodivergentes e afirmou que o custo de laudos na rede privada é muito elevado, citando o valor de 2.000 reais pagos por um laudo para sua filha adulta. O conselheiro Gabriel solicitou uma apresentação sobre o fluxo da atenção primária para usuários neurodivergentes, questionando por que esses pacientes não retornam ao território após passarem por equipamentos especializados. A conselheira Suzete esclareceu que o sistema de saúde começa e permanece no território (UBS), devendo haver integração com CRAS, CREAS e Educação. Relatou a fragilidade das visitas domiciliares após a pandemia e

informou que alguns agentes comunitários reclamam ao serem delegados a tal função, que é primordial à categoria. O conselheiro Toninho relatou um caso de paciente internado via SAMU que recebeu alta com recomendação de curativo domiciliar pela UBS, mas a família enfrentou dificuldades para obter o serviço. A conselheira Suzete respondeu que a orientação técnica é que a unidade avalie e oriente o cuidador familiar, pois não há possibilidade de atendimento domiciliar diário na rede pública ou privada. A conselheira Kátia informou que a unidade agenda visitas para orientar o cuidador e fornecer material, mas ressaltou que o serviço não é de "home care" e que faltam funcionários para visitas diárias. O conselheiro Toninho questionou a falha de comunicação, pois o médico do hospital afirmou que o posto faria o procedimento. A conselheira Rejane corroborou o alerta de Gabriel sobre a duplicidade de atendimentos e afirmou que a sobreposição de terapias impede a evolução clínica e causa a descompensação do paciente. A presidente Edna informou que o técnico Sátiro participará de reunião no dia 29/04 para orientar sobre a construção do Plano Anual de Saúde (PAS) 2027. A presidente Edna relatou a premiação de Osasco no COSEMS; em complemento, a conselheira Giovana ressaltou que o projeto figurou entre os 20 melhores do estado, selecionado em um universo de 2165 inscritos. A conselheira Giovanna informou que convocará reunião da comissão de orçamento para explicar os termos "empenhado" e "liquidado" aos conselheiros. Às doze horas e dez minutos encerra a reunião, a Presidente Edna Maria Brasil, agradece a participação de todos. **Eu, Rejane da Costa Oliveira**, redigi e lavrei a presente ata. Conselheiros titulares presentes na reunião:

- Ademir Bernardino
- Andrea Costa de Souza Duarte
- Michel Alencar Ferreira
- Kátia Sirlene Rodrigues da Silva
- Gabriel Pavani Brandino
- Antônio Rodrigues dos Santos
- Ana Luiza Hatikian Negrão
- Maria Cristina Corredor
- Giovana A. S. Cogo Rodrigues Andrade
- Suzete Souza Franco
- Jucemara Maria Soares Evangelista
- Jacksyara de Souza Santos
- Rejane da Costa Oliveira
- Edna Maria Brasil